

Trabalho de Sociologia e Filosofia

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS
GUIA PARA ALUNOS



ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

São chamados elementos pré-textuais aqueles que contêm informações relacionadas com a identificação e a utilização do trabalho.

Capa

Elemento obrigatório, é a cobertura que reveste o trabalho e deve conter informações de identificação da obra, na seguinte ordem (ANEXO AA):

- nome da instituição (opcional);
- nome do autor;
- título;
- subtítulo (se houver);
- número de volumes (se houver mais de um, deve constar, em cada capa, a especificação do respectivo volume);
- local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado;
- ano de depósito (da entrega).

Folha de aprovação

Elemento obrigatório:

- data de aprovação;
- nome dos membros componentes da banca examinadora, bem como o das instituições a que cada um pertence, local e assinatura dos mesmos

Sumário

Elemento obrigatório – precede o corpo do trabalho propriamente dito –, é a enumeração das principais divisões, seções e outras partes do documento na mesma ordem em que a matéria nele se sucede, dando a localização dessas partes na obra. Deve ser apresentado de forma a reproduzir exatamente as seções, considerando seus títulos e seus níveis.

Para numerar as divisões e subdivisões de um trabalho, devemos usar a numeração progressiva e, caso o trabalho seja apresentado em mais de um volume, o sumário completo deve constar em cada um deles.

A apresentação tipográfica dos títulos das seções e subseções deve ser a mesma no sumário e no texto.

Não devem constar do sumário indicações das partes pré-textuais (ANEXO BA). Porém, ele incluirá as referências, o glossário, o(s) apêndice(s) e o(s) anexo(s).

ELEMENTOS TEXTUAIS

Consistem na ordenação sistemática e lógica do conteúdo, tendo sua organização determinada pela natureza do trabalho.

Apresentam os seguintes elementos obrigatórios:

- Introdução;
- Desenvolvimento;

- Conclusão(ões)

Introdução

É a apresentação sucinta e objetiva do trabalho, fornecendo informações sobre sua natureza, importância e critérios de elaboração, tais como: objetivos, métodos e procedimentos seguidos.

Lendo a introdução, o leitor deve sentir-se esclarecido a respeito do conteúdo do trabalho, assim como do raciocínio que foi desenvolvido.

Desenvolvimento

Parte principal do texto, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto.

Divide-se em seções que variam em função da abordagem do tema e do método.

Conclusão ou conclusões

É a síntese dos resultados do trabalho. Tem por finalidade recapitular sinteticamente os resultados da pesquisa elaborada.

O autor manifestará seu ponto de vista sobre os resultados obtidos, bem como sobre o seu alcance, sugerindo novas abordagens a serem consideradas em trabalhos semelhantes.

Na conclusão, o autor deve apresentar os resultados considerados mais importantes e sua contribuição ao tema.

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

São os elementos que complementam o trabalho e que se compõem na seguinte ordem:

- referências;
- glossário;
- apêndice(s);
- anexo(s);
- índice(s).

Referências

Elemento obrigatório, é o conjunto de informações sobre textos e/ou documentos utilizados, organizados segundo uma ordem específica e contendo elementos descritivos de documentos, de modo a permitir sua identificação.

A lista de referências deve ser apresentada em ordem alfabética de autores pessoais ou entidades e títulos, ao final do trabalho; mesmo quando apresentadas em nota de rodapé, aparecerão, também, repetidas na lista no final do trabalho.

As referências podem ser identificadas por duas categorias de componentes: elementos essenciais e elementos complementares.

Elementos essenciais: São as informações indispensáveis à identificação do documento,

e estão estritamente vinculados ao suporte documental, variando conforme o tipo.
Exemplo:

HENGEMÜHLE, Adelar. Gestão de ensino e práticas pedagógicas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

Elementos complementares: São as informações que, acrescentadas aos elementos essenciais, permitem melhor caracterizar os documentos. Em determinados tipos de documentos – de acordo com o suporte físico –, alguns elementos indicados como complementares podem tornar-se essenciais.
Exemplo:

FORJAZ, Cláudio Ricardo Hehl. Recontando a História do Brasil: Duarte Coelho. Niterói: Intertexto, 2006. No prelo.

Os elementos essenciais e complementares são retirados do próprio documento, mas quando isto não é possível, indicam-se os dados entre colchetes.

Transcrição dos elementos

A transcrição dos elementos para composição de uma referência deve obedecer às regras pertinentes já existentes, tais como: forma de pontuação, destaque tipográfico padronizado para todas as referências incluídas numa lista ou publicação, e forma de redação.

Autor(es) pessoal(is)

Pessoa(s) física(s) responsável(eis) pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um documento.

Para documentos elaborados por até três autores, indica(m)-se o(s) autor(es) pelo último sobrenome, em letras maiúsculas, seguido do(s) prenome(s) e outro(s) sobrenome(s), abreviado(s) ou não, separados entre si por ponto-e-vírgula.

Nos casos de nomes compostos, estrangeiros etc. devem ser utilizadas fontes específicas como o Código de Catalogação vigente.

a) Um autor

XAVIER, Alberto. Princípios do processo administrativo e judicial tributário. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SILVA, Estela. A malabarista da faculdade. Ensino Superior, São Paulo, ano 8, n. 85, p. 30-33, out. 2005.

b) Dois autores

SERRA, Fernando A. Ribeiro; VIEIRA, Patrícia Ribeiro Serra. Estudos de casos: como redigir, como aplicar. Rio de Janeiro: LAB, 2006.

FAVARETTO, A.; FROEDER, A. Uma análise da violência doméstica contra a mulher e

seus reflexos sociais e jurídicos na sociedade. *Perspectiva*, Erechim, v. 29, n. 106, p. 37-43, jun. 2005.

c) Três autores

CARVALHO, Alexandre; RAULINO NETO, Francisco; PASSOS, Alexandre Veloso dos. *Direito Penal*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
MACEDO, Daniel F.; OLIVEIRA, Leonardo B.; LOUREIRO, Antonio A. F. Integrando redes Overlay e redes de sensores sem fio. *Telecomunicações*, Santa Rita do Sapucaí, v. 7, n. 1, p. 32-38, jul. 2004.

Havendo mais de três autores, pode-se optar pela indicação do primeiro autor, seguido da expressão latina et al. (et alii). Em casos especiais, nos quais a menção dos nomes for indispensável para certificar a autoria – projetos de pesquisa, relatórios e outros –, é facultado indicar todos os nomes.

d) Mais de três autores

GREENBERG, Raymond et al. *Epidemiologia clínica*. Tradução: Jussara Burnier. Porto Alegre: Artmed, 2005.
DIMENSTEIN, Magda; LIMA, Emanuel Batista de; MOURA, Andréina; BRITO, Monique; CARDOSO, Rayanne; MEDEIROS, Vanessa. Bases de apoio familiares comunitárias como estratégia de enfrentamento à violência. *Psico*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 55-63, jan./abr. 2005.
ou
DIMENSTEIN, Magda et al. Bases de apoio familiares comunitárias como estratégia de enfrentamento à violência. *Psico*, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 55-63, jan./abr. 2005.

Documentos eletrônicos disponíveis na Internet

Com autoria

CALIENDO, Paulo. *Estabelecimentos permanentes em Direito Tributário Internacional*. Prefácio de Heleno Taveira Tôrres. São Paulo: R. dos Tribunais, 2005. Disponível em: <<http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/POR/USP/USP/MONO/FULL/1422541?>>. Acesso em: 28 mar. 2006.

GONÇALVES, Kleder Miranda. *Um framework para comunicação baseada em localização*. 2005. Dissertação (Mestrado em Informática)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0313086_05_Indice.htm>. Acesso em: 28 mar. 2006.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de. *O contrato de gestão na administração pública brasileira*. 2005. Tese (Doutorado em Direito)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/POR/USP/USP/TES/FULL/1472478?>>. Acesso em: 28 mar. 2006.

CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <<http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/>

POR/USP/USP/MONO/FULL/1476403?>. Acesso em 4 mar. 2006.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. COSEMA: vinte anos de decisões a favor de São Paulo. Organização Germano Seara Filho. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/POR/USP/USP/MONO/FULL/1414899?>>. Acesso em: 24 mar. 2006.

WORKSHOP RNP2: memória do evento, 2., 2000, Belo Horizonte. Programação e agenda... Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <<http://www.unp.br/workshop-unp2/>>. Acesso em: 21 jul. 2000.

UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA. Cursos de graduação em turismo. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <www.uva.br/cursos/graduação/turismo.htm>. Acesso em: 10 mar. 2003.

CITAÇÃO

É a menção, no texto, de uma informação extraída de outra fonte.

O autor lança mão de um texto original para extrair a citação, podendo ser reproduzido literalmente (citação direta, literal ou textual), interpretando, resumindo, ou traduzindo (citação indireta ou livre), ou uma informação extraída de fonte intermediária (citação de citação).

| **Citações diretas, literais ou textuais**

São transcrições literais e extraídas do texto consultado, respeitando-se todas as características formais em relação à redação, à ortografia e à pontuação original.

Parte do trecho transcrito pode ser omitida mediante o emprego de reticências entre colchetes. Ao final do trecho, indica-se de onde foi extraída a citação.

A citação no texto é transcrita entre aspas duplas, no caso de citação textual curta, de até três linhas, vindo incorporada ao parágrafo.

Exemplo:

A partir desses sintomas podemos perceber os efeitos que a ansiedade de informação vem causando nas pessoas individualmente e conseqüentemente no modo de vida da sociedade como um todo. "É importante ressaltar que a origem do problema está na incapacidade das pessoas em lidar com o excesso de informação e não, obrigatoriamente, na quantidade de informações" (BRAGA, 2005, p. 1).
--

Quando o nome do(s) autor(es) citado(s) ou o(s) título(s) da obra citada estiver(em) incluído(s) na setença, apenas a data e a(s) página(s) são incluídas entre parênteses.

Exemplo:

Considerando a premissa jurídica no campo da hermenêutica, segundo a qual a única interpretação autêntica é a do autor, e reconhecendo nas palavras de Leonardo Roscoe Bessa (2004, p. 18) a necessidade de conscientizar o consumidor quanto às incertezas geradas na “[...] interpretação do Direito, o trabalho de estabelecer o sentido e alcance das normas jurídicas”.

No caso de citação textual longa – com mais de três linhas – ela é apresentada em parágrafo isolado, utilizando-se recuo de margem à esquerda de 4 cm, com o corpo da letra menor que o do texto, sem aspas, tendo como limite a margem direita do trabalho.

Exemplos:

Resultados semelhantes são obtidos em pesquisa recente, na qual se constata

a preferência dos alunos pelos métodos ativos de ensino-aprendizagem, comprovando a visão moderada de educação, onde o aluno é o responsável principal pelo seu aprendizado e cabendo, ao professor, guiá-lo nesse processo. Os alunos pesquisados mostraram que a visão pragmátista e existencialista são as preponderantes [...] principalmente ao indicarem tanto nas estratégias de ensino-aprendizagem, quanto nas de avaliação a preocupação com o “aprender fazendo”, o que no caso de um curso de graduação em Administração, se daria através de estudos de caso e simulações (STAH, 2004, p. 13-14).

A ênfase na tecnologia e inovação não significa, pelo menos no discurso oficial, o menosprezo à ciência. De acordo com um dos coordenadores do documento,

a razão desta escolha prende-se à percepção de que o grande desafio, hoje, reside mais na necessidade de incrementar a capacidade de inovar e de transformar conhecimento em riqueza para a sociedade brasileira como um todo, do que no potencial do sistema de C&T brasileiro para gerar novos conhecimentos (SILVA; MELO, 2001, p. xvi).

O desenvolvimento da tecnologia de agentes inteligentes mapeiam os usuários do ciberespaço e a partir disso constroem um perfil dinâmico de um usuário, como declara Costa (2004, p. 165):

Trata-se da construção de padrões de interesse, a partir dos quais os indivíduos que compartilham os mesmos gostos funcionam como um padrão para indicações interessantes que podem ser cruzadas dentro de um mesmo grupo.

I Sistema autor-data

No sistema autor-data, o(s) sobrenome(s) do(s) autor(es) é(são) mencionado(s) em letras maiúsculas, seguido(s) de vírgula, da data de publicação e da(s) página(s), tudo entre parênteses, após a citação direta.

Exemplo:

O Jurista alemão além de negar a ação da lei nova sobre fatos pretéritos, também não admitiu os efeitos imediatos da lei nova, no caso das leis de aquisição de direitos, ao dizer que o princípio da irretroatividade “nega de modo absoluto à nova lei toda ação sobre as conseqüências dos atos anteriores e isso em todos os graus imagináveis” (SAVIGNY, 2004, p. 303).

Na citação indireta, menciona-se apenas o(s) sobrenome(s) do(s) autor(es) em letras maiúsculas, seguido(s) de vírgula e da data de publicação, tudo entre parênteses.

Exemplos:

O advento da imprensa proporcionou a popularização do livro e a ruptura com a Idade Média. A era moderna trouxe o surgimento da disseminação do conhecimento, sobretudo dentro das universidades, provocando fortes transformações políticas, culturais e econômicas (CAVALCANTE, 2005).

O Iluminismo, a Revolução Gloriosa de 1688, a Revolução Francesa de 1789, entre outros acontecimentos, colaboraram para a evolução e modificação dos meios de comunicação e da mídia (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 82).

Dentro de uma estrutura quadrinhística quer dizer algo, isto é, as coisas são feitas segundo critérios estabelecidos. As histórias vão depender do veículo onde serão divulgadas, pois cada veículo tem suas próprias características (RAMA et al., 2004).

Quando a menção ao nome do autor está incluída no texto, a data de publicação é transcrita entre parênteses.

Exemplos:

Também ressalta-se o direito à livre concorrência, que, nesse caso, estaria em tese prejudicado, acarretando graves problemas no mercado consumidor. Com grande precisão, salienta Paula Porgioni (2005, p. 175).

Os efeitos anticoncorrenciais da imposição dos preços de revenda dependerão de vários fatores, como o grau de competição entremarcas a ser enfrentado. Atribuir ao fornecedor maior poder sobre a rede abre caminho para que esta seja forçada a aceitar outras restrições prejudiciais para o mercado. Maior o grau de dependência econômica do distribuidor em relação ao seu fornecedor, maior a probabilidade de que aquele se deixe instrumentalizar, não oferecendo resistência à implementação de práticas anticoncorrenciais arquitetadas pelo fabricante.

As notas de rodapé podem ser:

2.2.2.1 Notas de referências

São as que indicam fontes consultadas, ou remetem a outras partes da obra onde o assunto está sendo citado. São feitas por algarismos arábicos, em ordem seqüencial, para toda a seção, e devem conter o sobrenome do autor, data da publicação e outros dados necessários à localização da parte citada. No entanto, isto não desobriga o uso de uma lista de referências, no final do trabalho.

Exemplo:

A totalidade social não pode provir do ordenamento da satisfação das necessidades particulares, de um ordenamento da sociedade civil, porque tal totalidade não teria como se defender de si mesma, já que é na esfera da singularidade do contrato, das figuras de direito privado como a propriedade que tem lugar a tendência para a violência e para a desagregação, para a transgressão e para a ameaça de dissolução na injustiça. No Estado concebido dessa forma fica completamente prejudicada a possibilidade da construção de uma instância universal que represente o bem comum⁸.

No rodapé:

⁸ BERNARDE, J. A crítica de Hegel à teoria do contrato. In: ROSENFELD, D. *Estado e política: a filosofia de Hegel*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003, p. 75-78.

A primeira citação de uma obra, obrigatoriamente, requer sua referência completa. As citações subsequentes podem ser referenciadas de forma abreviada, utilizando-se expressões a fim de evitar repetição de títulos e autores, em nota de rodapé.

São elas:

a) Idem ou Id. – o mesmo autor

O trecho citado é de obra diferente do autor referenciado em nota imediatamente anterior, na mesma folha.

Exemplo:

Nesse sentido, Hegel junto com Kant, são considerados filósofos “radicalmente opostos ao utilitarismo” na justificação do sistema do direito, e que isso é “característico de um aliberalismo da liberdade”²⁷, conclui Rawls.

A despeito de possíveis semelhanças, diferenças devem ser ressaltadas entre o procedimento hegeliano e rawlsiano no uso e na caracterização do ponto de partida abstrato. Uma delas consiste em avaliar o estatuto da pessoa na sua formulação abstrata. Para Hegel, o momento do direito consiste em assegurar a categoria jurídica do respeito à pessoa, isto é, acatar o direito formal do outro indivíduo de ser igualmente livre, de ter a prerrogativa jurídica desse direito, de agir como tal e de ser reconhecido por outrem como possuidor da essência universal da liberdade. Tal capacidade de direito é destituída dos atributos morais, determinações de uma segunda esfera (esta ainda abstrata se compara com a realidade efetiva da cidadania), que surgem como necessidade para o enriquecimento moral do vazio formal da pessoa jurídica. Para Rawls a pessoa na sua abstração possui, ainda assim, dois poderes morais inerentes à sua personalidade: a capacidade (ser razoável) de ter “um efetivo senso de justiça” e de respeitar os termos equitativos da cooperação, e a capacidade de ter e de perseguir “uma particular concepção de bem”, como algo que é racional. “De modo mais preciso, ser capaz de um senso de justiça é ser capaz de compreender, de aplicar e normalmente de ser movido por um desejo eficaz de agir a partir de princípios de justiça (e não simplesmente de acordo com eles) na condição de termos equitativos de cooperação social. Ser capaz de uma concepção do bem é ser capaz de formar, de revisar e de buscar racionalmente uma concepção assim, isto é, uma concepção do que é, para nós, uma vida humana que merece ser vivida”²⁸.

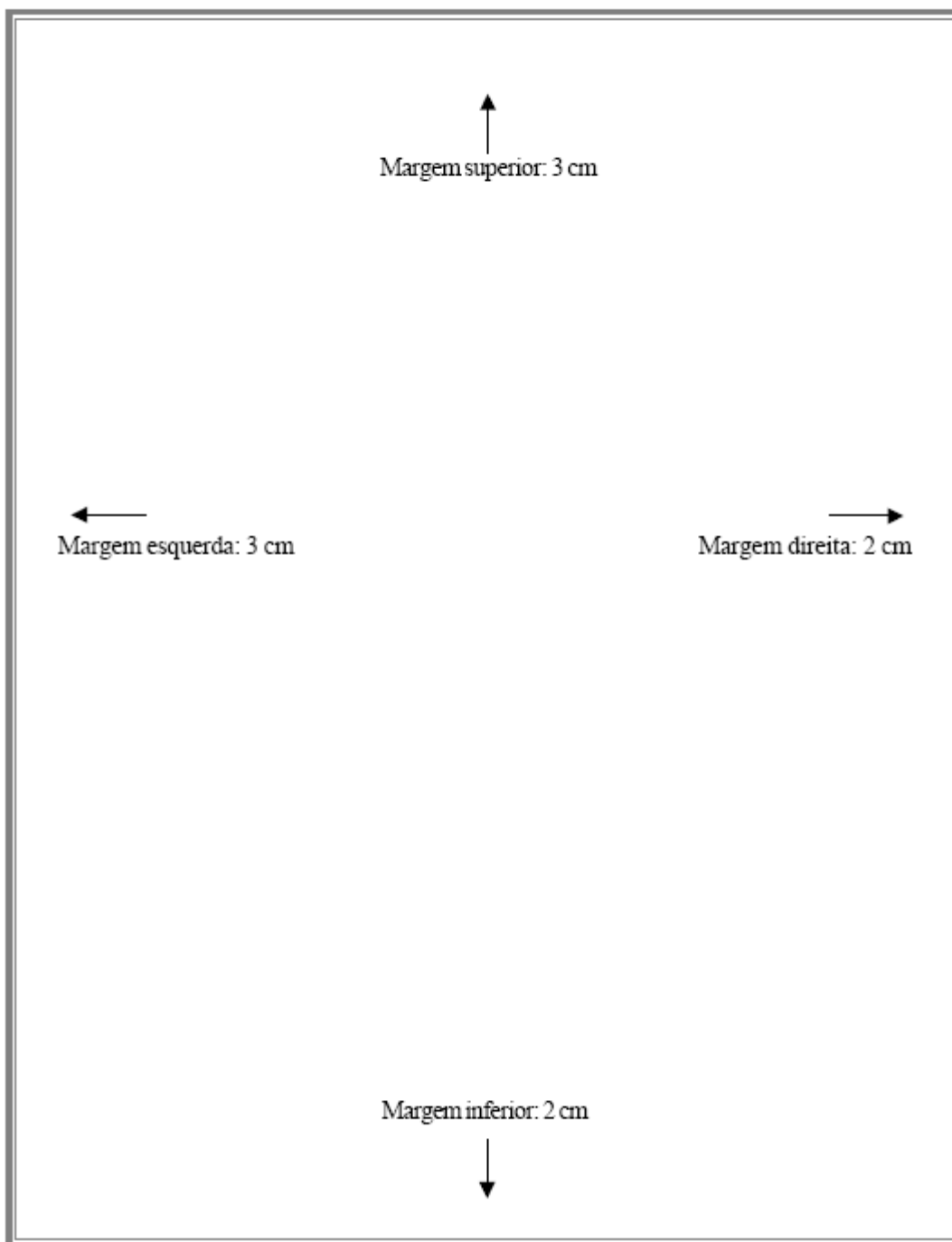
No rodapé:

²⁷ RAWLS, J. *Lectures on the history of moral philosophy*. Cambridge: Harvard University, 2000. p. 343.

²⁸ Id. *Justiça e democracia*. Tradução: Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 158

Apêndices:

APÊNDICE A – Formato e margens



Anexos:

ANEXO AA – Modelo de capa

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

PAULA CRISTINA MOTTA SAIA

**FLÁVIO IMPÉRIO
E A RENOVAÇÃO DO ESPAÇO CÊNICO**

São Paulo
2006

ANEXO AC – Modelo de folha de rosto

DANIELA RANGEL GRANJA

LEIA O LIVRO E VEJA O FILME: a transição informacional nos suportes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Escola de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro como re-
quisito parcial à obtenção do grau de Bacharel
em Biblioteconomia

ORIENTADORA: Profª. Drª. Leila Beatriz Ribeiro

Rio de Janeiro
2006

ANEXO AJ – Modelo de folha de aprovação

MÔNICA CORRÊA VENÂNCIO

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E BIBLIOTECONOMIA: UMA CONVERSA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Leila Beatriz Ribeiro – Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Ms Simone da Rocha Weitzel
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Bs Maria Tereza Reis Mendes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

ANEXO AP – Modelo de epigrafe

O domínio de uma profissão não exclui o seu aperfeiçoamento. Ao contrário, será mestre quem continuar aprendendo (Pierre Furter).

ANEXO BA – Modelo de sumário

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O <i>STATUS</i> DE DEFICIENTE VISUAL: UMA PROBLEMATIZAÇÃO	10
2.1	A DEFICIÊNCIA VISUAL: DEFINIÇÃO PRELIMINAR	11
2.2	O CAMPO PERCEPTIVO E O DEFICIENTE VISUAL: A ABORDAGEM DE MERLEAU-PONTY	14
3	O DEFICIENTE VISUAL E A RELEVÂNCIA DO SISTEMA BRAILLE ..	20
3.1	A EMERGÊNCIA DO SISTEMA BRAILLE COMO FORMA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELO DEFICIENTE VISUAL	20
3.2	O SISTEMA BRAILLE FACE A OUTRAS FORMAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO	33
4	A PROMOÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO PELO DEFICIENTE VISUAL: A ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	43
4.1	O PAPEL DA IMPRENSA BRAILLE	45
4.2	DISPONIBILIZANDO AS FONTES DE INFORMAÇÃO	49
4.2.1	O Instituto Benjamin Constant	50
4.2.2	Audioteca Sal e Luz	52
4.2.3	Os setores Braille das bibliotecas da cidade do Rio de Janeiro	54
5	CONCLUSÃO	57
	REFERÊNCIAS	60